

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - ESCOLA DE GESTORES

**INDISCIPLINA ESCOLAR: CAUSAS E POSSÍVEIS
SOLUÇÕES**

Aluno: Valdeci Thomazini Vicente

Orientadora: Gabriela Schneider

Curitiba, fevereiro de 2010.

INDISCIPLINA ESCOLAR: CAUSAS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES[1]

Valdeci Thomazini Vicente[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo elaborar uma revisão de literatura que venha a contemplar as dificuldades de disciplina e convivência nas instituições escolares. Pretende-se discutir a problemática da disciplina com base na discussão das formas de melhorar a convivência e os conflitos internos na sala de aula, destacando, conforme os pressupostos de autores os conceitos e fundamentos que explicam esse fenômeno no ambiente escolar e a ação prática dos educadores no desafio de estabelecer uma boa convivência com seus alunos. A metodologia do estudo se orienta em pesquisa bibliográfica e exploratória com base nas contribuições teóricas de vários teóricos que realizaram estudos sobre a questão da indisciplina no ambiente escolar. Justifica-se a realização deste estudo com base no pressupostos de que o psicopedagogo poderá dispor de conhecimentos e de um saber-fazer que permita compartilhar esses conhecimentos com outros profissionais da educação para progredir em conjunto ou constante colaboração e em um trabalho coletivo, compartilhado, envolvendo todos os atores no fato educativo. Os resultados elencados demonstram que as normas estabelecidas pela escola são importantes para que os educados não extrapolem em condutas indisciplinadas, as normas escolares devem mais concretas nas ações e ser efetivamente discutidas com os alunos de forma democrática para que sejam discutidos temas como as diferenças culturais, as formas de convivência democrática como valores, hábitos e atitudes na sala de aula.

Palavras-chaves: Indisciplina; Escola; Educação.

1 Introdução

Atualmente as relações vivenciadas no ambiente escolar e os conflitos que permeiam este local requerem estudos mais profundos, afinal é grande a discussão sobre a indisciplina na escola. Nesse sentido, impõem-se pensar essa questão, o que ela representa, como organiza-la no âmbito escolar. Buscar a disciplina escolar de forma democrática, considerando-se a necessidade de formar os alunos para uma convivência harmoniosa, com base na justiça e no respeito mútuo. Segundo Aran:

[...] a convivência nas instituições escolares é hoje uma das maiores preocupações dos professores, especialmente quando se trata de alunos adolescentes. A disciplina também é uma inquietação sentida por inúmeros docentes. Por isso, convivência e

disciplina são duas questões intimamente relacionadas, embora tanto uma como a outra admitam interpretações muito diferentes. (ARAN, 2002, p. 11).

Dentre as problemáticas enfrentadas pela escola atualmente está a questão da indisciplina, entendida como um dos fatores do fracasso escolar e da dificuldade de atuação dos docentes, de interação com alunos, e destes com a comunidade escolar como um todo.

Casamayor (2002, p. 22) entende por indisciplina, “os comportamentos disruptivos graves que supõem uma disfunção da escola. Os comportamentos indisciplinados simplesmente obedecem a uma tentativa de impor a própria vontade sobre a do restante da comunidade”. Ainda o autor considera que “a indisciplina são atitudes ou os comportamentos que vão contra as regras estabelecidas, as normas do jogo, o código de conduta adotado pela escola para cumprir sua principal missão: educar e instruir”.

Atualmente muitas escolas têm registro de reflexões conjuntas em conselhos pedagógicos, sobre a questão da indisciplina na sala de aula, como ações que envolvem as perturbações da relação pedagógica e interpessoal derivadas do comportamento de alunos. De certa forma, a indisciplina é considerada uma das modalidades normais de apresentação e relacionamento características de adolescentes, as quais, por serem diferentes dos adultos, não têm que ser forçosamente, por isso, condenadas.

As mudanças de valores na sociedade fazem surgir repercussões evidentes nos comportamentos dos alunos, e não é possível resolvê-las plenamente sem compreender que essas transformações ocorrem e que a escola deverá saber conviver com elas, buscando o máximo possível à margem do esforço pela integração esforço para uma escola democrática.

Abud e Romeu (1989) consideram:

A supervalorização do conceito de liberdade tem sido responsável por certos abusos e por um clima de confusão geral, com o sacrifício da organização necessária a um ambiente educativo. Em contrapartida, também podemos constatar que a imposição autoritária de padrões comportamentais não tem apresentado resultados mais satisfatórios. (ABUD & ROMEU, 1989, p. 79).

Assim, os códigos de conduta escolares devem ser revistos, considerando-se que as mudanças no ambiente escolar são reflexos das mudanças sociais e culturais, os antigos padrões de comportamento devem ser avaliados para que possam apresentar resultados diante dos problemas de indisciplina na escola.

Diante do exposto o presente estudo objetiva entender melhor a questão da indisciplina e convivência nas instituições escolares. Pretende-se discutir a problemática da disciplina com base na discussão das formas de melhorar a convivência e os conflitos internos na sala de aula, destacando os conceitos e fundamentos que explicam esse fenômeno no ambiente escolar e a ação prática dos educadores no desafio de estabelecer uma boa convivência com seus alunos.

A metodologia do estudo se orienta em pesquisa bibliográfica e exploratória com base nas contribuições teóricas de vários teóricos que realizaram estudos sobre a questão da indisciplina no ambiente escolar. O estudo se realiza para melhor conhecer as contribuições científicas sobre o tema, tendo como objetivo recolher, selecionar, analisar e interpretar as contribuições teóricas existentes sobre o fenômeno pesquisado.

O presente artigo está organizado em três partes e considerações finais. A primeira parte apresenta um enfoque pedagógico sobre a indisciplina, como um problema desafiante no ambiente escolar, demonstram-se algumas causas desse comportamento e os conceitos que determinam essas ações na escola.

Em seguida, apresentam-se os aspectos metodológicos da pesquisa, a partir da demonstração dos procedimentos de pesquisa e do método de abordagem que contemplou a investigação, enfocando-se a pesquisa bibliográfica e exploratória com base em estudos realizados sobre o tema.

Por fim, enfoca os resultados da pesquisa, a partir de análise-síntese dos pressupostos teóricos apontados pelos autores e sua correlação com a

realidade atual. As considerações finais apresentam uma síntese analítica e pessoal da pesquisa.

2 Revisão de Literatura

É verdade que a indisciplina sempre fez parte do mundo escolar. Também é verdade que qualquer fenômeno social muda com o movimento da História. Não só isso: o modo através do qual cada indivíduo se relaciona com o outro, com as coisas e com as normas também sofre mudanças com o passar do tempo. Isso não significa, porém, dizer que as nossas ações e as nossas consciências são um produto acabado das estruturas sociais. Significa afirmar, entretanto, que entre o mundo objetivo e as subjetividades existe certa relação dialética. Dizendo de outra forma: o Homem, ao mudar a História, por ela é ele transformado. Sendo assim, cada “questão posta estará conectada a uma ampla rede de relações” (JUSTO, 2006, p. 23).

Se admitirmos, então, que a indisciplina escolar, enquanto fenômeno social, muda com a História, necessariamente algumas indagações devem ser feitas: quais são as características atuais do fenômeno? De onde partem as suas determinações na sua forma atual? Quanto a essas indagações, parece não haver consenso entre os teóricos que versam sobre os conflitos atuais da escola. Algumas perspectivas possuem caráter individualizante. Nas abordagens psicológicas dos anos 1970, Estrela (2002) afirma que a indisciplina era associada “a condutas anti-sociais e a perturbações neuróticas ou de personalidade”. (p. 83). Aqui, havia uma espécie de culpabilização do aluno. Mais tarde essa corrente vai ser contestada por outras perspectivas. Já as correntes pedagógicas, ao analisarem o fenômeno, põem em destaque O papel do professor. Os autores dessa corrente, entendem “que a disciplina ou a ordem necessária às aprendizagens escolares é função da organização criada pelo professor na aula”. (ESTRELA, 2002, p. 90).

Assim, contextualiza-se que dentre as problemáticas enfrentadas pela escola atualmente, além da violência é a questão da indisciplina, classificada como um dos fatores do fracasso escolar e da dificuldade de atuação dos docentes, atuação com alunos, atuação com a família, atuação com o diretor e

vice-diretor, coordenadores e funcionários, atuação com a equipe técnica, atuação do psicopedagogo.

A indisciplina é um reflexo social, afinal as mudanças de valores na sociedade fazem surgir repercussões evidentes nos comportamentos dos alunos, e não é possível resolvê-las plenamente sem compreender que essas transformações ocorrem e que a escola deverá saber conviver com elas, buscando o máximo possível à margem do esforço pela integração esforço para uma escola democrática. Abud e Romeu (1989) considera:

A supervalorização do conceito de liberdade tem sido responsável por certos abusos e por um clima de confusão geral, com o sacrifício da organização necessária a um ambiente educativo. Em contrapartida, também podemos constatar que a imposição autoritária de padrões comportamentais não tem apresentado resultados mais satisfatórios. (ABUD & ROMEU, 1989, p. 79).

Assim, os códigos de conduta escolares devem ser revistos, considerando-se que as mudanças no ambiente escolar são reflexos das mudanças sociais e culturais, os antigos padrões de comportamento devem ser avaliados para que possam apresentar resultados diante dos problemas de indisciplina na escola.

Na concepção de Antúnez (2002) “os regulamentos disciplinares nas escolas, se constituem em regulamentos de convivência (regimentos internos escolares) que em sua natureza estabelece os códigos de conduta para tornar o ambiente escolar mais satisfatório”. O autor avalia ainda que “as regras escolares buscam estabelecer acordos que servem para regular o funcionamento dos órgãos e das equipes ou do sistema de relações entre as pessoas”. (p,29)

A indisciplina ocorre no ambiente escolar porque em seu meio existe o uma relação de poder, de forças como eixo de convivência, e poucas estratégias têm sido efetivamente de sucesso para a resolução do problema. O conflito existe e pode ser considerado como uma situação que surge das discordâncias entre as tendências ou os interesses de cada indivíduo no meio ambiente em que interage. Portanto, a escola é um ambiente conflituoso, singular e dinâmico porque onde há climas continuamente retroalimentados por

reações de irritação, pela falta de adequação das aprendizagens às etapas que impõe uma crescente heterogeneidade entre os alunos.

No entanto, qualquer mudança na escola que envolva a questão da disciplina não deverá desvalorizar indevidamente a autoridade contida no poder democrático e na autonomia profissional dos educadores. E, portanto, exige ações de ajuste contínuo entre as instituições e as pessoas.

Neste contexto, Franco (2003, p. 34) considera que “a problemática da indisciplina faz a necessidade da escola refletir sobre o conceito de disciplina e sobre a sua consideração como um dos objetivos buscados pela escola”. O autor analisa que essa reflexão será enriquecedora para o conhecimento de experiências reais, onde possam surgir novas alternativas para o problema, a fim de conseguirem um clima adequado para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

O conceito de disciplina está associado aos condicionamentos sócio-culturais que assumem diversos significados em momentos diferentes para as pessoas. Por isso é necessário à escola definir os objetivos que deseja ao colocar as bases de condutas internas no ambiente escolar.

Segundo Antunez (2002, p. 30), as escolas estabelecem e aplicam seus regulamentos apenas em âmbito normativo acabam por tê-los de forma tacanha e desenhista. As diferentes administrações educacionais continuam estabelecendo, há muito tempo e de forma constante e obstinada, inúmeras regras e prescrições especialmente dirigidas às escolas que aparecem na escola sob a forma de um Regimento Escolar que estipula algumas normas fundamentais e que visam deixar claro para os que estudam na escola como quais as normas internas, em essência, qual o comportamento esperado.

Em geral, o Regimento Escolar, oferece apenas a interpretação do senso comum do que seja disciplina, que se baseia nas manifestações exteriores do comportamento tradicionalmente tido como disciplinado, sem maiores condições de colocar a adequação dos comportamentos em sala de

aula e na escola sob enfoques que dimensionam a responsabilidade e o respeito ao outro.

Guimarães (2000, p. 27) analisa que “é a papel da escola evidenciar a importância de um relacionamento humano saudável e dinâmico, baseado no diálogo entre educadores e educandos, visando à participação e o compromisso em experiências comuns”. É necessário lidar com os comportamentos juvenis onde as atitudes de rebeldia, de questionamento das instituições, das regras e normas estabelecidas, da crítica à autoridade imposta são extremamente presentes.

Abud e Romeu (1989, p. 17) consideram que as atitudes de reivindicação dos adolescentes, se fazem pelo direito de participar, da expressão franca e livre do pensamento. Essas idéias e atitudes se refletem diretamente no ambiente escolar, alterando as relações adulto-jovem e exigindo uma nova contextualização de conceitos como liberdade e disciplina.

Neste aspecto, o educador deverá ter consciência de que de seu posicionamento frente a essa problemática resultará a qualidade de sua relação com o aluno e, portanto, a qualidade de seu trabalho como educador. Essa postura do educador exigirá também a necessidade de considerar o educando na sua realidade social, compreendê-lo como um ser em desenvolvimento que busca e reflete a realidade de sua sociedade.

No ambiente escolar a disciplina tem sentido amplo e representa ordem, respeito, organização e obediência que geralmente não é aceita por todos os alunos de forma explícita. A disciplina no universo escolar, considerada na dimensão social do comportamento, é subtendida como uma forma de ajustamento pessoal necessário, que tem base em certas regras e regulamentos que significam segurança e bem-estar para o indivíduo e para os que com ele convivem. Certamente a vida social precisa de parâmetros ou normas sociais que tem por finalidade imprimir a conformidade na sociedade, pois seria impossível a convivência coletiva sem a adoção de padrões comuns de comportamento. Por essa razão, a sociedade desenvolve mecanismos de controle.

No caso da escola, também é necessário o uso de regras e códigos de conduta e a incorporação dessas à conduta individual. Portanto, entende-se que a disciplina é fundamental para o desenvolvimento pleno dos grupos. Em alguns especialistas, ou melhor, entre aqueles que fazem uma reflexão mais rigorosa sobre o tema, a indisciplina estaria revelando não apenas aspectos importantes da escola, mas também evidenciando problemas sociais relevantes.

Justo (2006) coloca a questão nessa perspectiva mais ampla. Ao falar dos conflitos da escola atual ele põe em destaque questões importantes da relação entre a subjetividade atual e a escola como organização, dando importância fundamental às características da subjetividade contemporânea. Diz ele que, ao contrário do sujeito moderno (previsível, coerente, controlado, estável) o sujeito atual é fragmentado, impulsivo, incontrolável, plástico etc. Sendo assim, as relações pessoais desse sujeito atual são marcadas, sobretudo, pelo provisório. As relações afetivas duradouras estariam, então, em crise, dando lugar às relações efêmeras. A brevidade de alguns casamentos e o “ficar” dos adolescentes são exemplos que ilustram tais fatos. Por conseguinte, nesse quadro, a indisciplina e a violência nas escolas estariam revelando, entre outras coisas, as dificuldades dessa subjetividade contemporânea em conviver em ambientes confinados marcados pela diversidade e pela rigidez formal e normativa. Se as características da sociedade atual são o nomadismo, a flexibilidade, o gozo imediato e a transgressão etc. (condições importantes à reprodução do capitalismo atual), então a escola, enquanto organização, estaria na contramão dessas novas subjetividades. Se assim o for, o embate entre a rigidez escolar e a necessidade da transgressão é tido como um reflexo da distância entre a realidade escolar e a realidade daqueles que a freqüentam.

Acredita-se porém, que é possível diminuir a indisciplina ao olhar o aluno como sujeito central das ações escolares e ao permitir que ele participe e se sinta co-responsável pelo seu processo de formação, a gestão democrática seria um instrumento importante para isso, afinal pensar ou repensar a gestão é também refletir sobre as regras, os padrões e a organização escolar.

2.1 A educação buscando mudanças

A Constituição de 1988 enunciou como um dos princípios básicos do ensino: gestão democrática do ensino público, na forma da lei (BRASIL, 1998, p. 108). A partir daí a escola pública passou mais fortemente a ter tal perspectiva de ação.

Destarte, desenvolver uma retomada histórica do movimento que engendrou a "Gestão Democrática" torna-se necessário para que possamos ter subsídios teóricos, metodológicos e históricos que nos permitam analisar o assunto, numa dimensão crítica" (BRASIL, 1998)

Faz-se necessário também, esclarecer, inicialmente, o sentido de Gestão Democrática que será doravante trabalhado. Para isso servimo-nos da afirmação de Cury (1997) que, discorrendo sobre o assunto, asseverou:

Sendo a transmissão de conhecimento um serviço público, o princípio associa este serviço à democracia. Isto quer dizer que aí está implicada uma noção de participação na *gestio rei publicae*. Lembrando-se que o termo gestão vem de *gestio*, que por sua vez, vem de *gerere* (trazer em si, produzir), fica mais claro que a gestão não só é ato de administrar um bem fora-de-si (alheio) mas é algo que traz em si, porque nele está contido. E o conteúdo deste bem é a própria capacidade de participação, sinal maior da democracia. Só que aqui é a gestão de um serviço público, o que (re)duplica o seu caráter público (re/pública) (p. 201).

O significado do termo gestão aqui entendido é bastante formal. No entanto, precisamos explicitar como este termo está sendo utilizado, pois é amplamente divulgado neste período histórico em que estamos vivendo.

Nas últimas décadas, vem-se notando uma grande ênfase no sentido de que se efetive a participação nos diversos espaços públicos. A sociedade é solicitada a participar de forma real em decisões que envolvem a esfera público-administrativa. A formação de conselhos de tipos variados, como o da saúde e o da educação, demonstra uma tendência de abertura e ampliação das esferas de participação popular na sociedade (BARROSO, 1998).

A participação na esfera educacional toma uma amplitude surpreendente, com respaldo na Constituição Brasileira (BRASIL 1988). O

Plano Decenal de Educação para Todos, indicador de diretrizes da política educacional para o decênio 1993-2003, também menciona a necessidade da "gestão democrática" (FONSECA, 1997).

Tal documento chama a atenção para o fato de que a escola só é pública quando pertence ao público; por isso, todos devem estar empenhados para a elaboração de um projeto pedagógico coletivo, comprometendo-se com a "gestão democrática" (BRASIL, 1993).

O Plano Decenal faz referência à educação básica para todos como a prioridade mais importante no momento de elaboração do documento. Faz menção também, do desempenho do sistema educativo, da situação e perspectivas da educação fundamental, da gestão dos sistemas e das unidades de ensino (BRASIL, 1993).

Cientes de que para a concretização de tais propostas torna-se necessário criar um espaço escolar mais flexível, com autonomia didática e financeira. Um espaço escolar participativo com um projeto pedagógico que contemple as necessidades básicas dos alunos.

Entre os inícios e fins da Educação Nacional conforme a LDB 9394/96 está a busca de fortalecimento da "gestão democrática" na escola a partir da participação da comunidade escolar, a qual deve coletivamente definir objetivos e avaliar os resultados da ação pedagógica (BRASIL, 1996).

Ao se realizar esses procedimentos de forma coletiva, ao se permitir ao alunos, aos pais e a todos os funcionários da escola a participação na definição das normas, dos objetivos da escola é mais fácil conseguir que a disciplina se estabeleça no interior da escola, até porque muitos comportamentos tidos como indisciplinados podem ser revistos.

3 A educação em busca de uma sociedade democrática e a questão dos limites

Atualmente a psicologia avança na análise sobre comportamento e limites nas questões que envolvem os aspectos sociais e nos relacionamentos na família e no ambiente escolar. Deve-se considerar que a preocupação de pais e educadores em relação à indisciplina no ambiente escolar, suscita as discussões sobre o tema dos limites no processo de construção da identidade de crianças, adolescentes e jovens.

Conforme Parolin (2003, p. 12), “os limites são um tema imbricado na dinâmica das relações uns com os outros”. Nesse contexto, compreende-se a necessidade de inserção dos valores dimensionados pelos limites (respeito ao outro) no processo educacional para que o educando possa conviver harmoniosamente em seu meio social e adaptar-se a uma sociedade democrática e participativa.

Portanto, no ambiente escolar e no lar é fundamental que a criança perceba com clareza os limites que existem nas condutas sociais. Esse processo de internalização da criança da existência de limites fortalecerá sua vivência social e a capacidade de superar o egoísmo e o “olhar centrado em si mesma”.

A psicologia demonstra na realidade atual que é necessário administrar os conflitos entre adolescentes e adultos, especialmente no ambiente escolar em que se relacionam muitos alunos em uma sala de aula, em que várias crianças, adolescentes e jovens de culturas, costumes e crenças convivem, espaço que ocorre diferentes aparecimentos de violência psicológica (bullying) envolvendo os sujeitos.

O bullying é um fenômeno que ocorre com mais freqüência do que se imagina no interior das escolas. De acordo com uma pesquisa realizada por Beaudoin & Taylor (2006, p. 109) os participantes “quando indagados se haviam sido importunados, xingados ou humilhados na escola, 111 dos 182 alunos da 5ª a 8ª séries (61%) responderam sim”.

Essas condutas agressivas podem acontecer nas salas de aula, no recreio (pátio), nos corredores e banheiros, através de apelidos e brincadeiras que incomodam, gozações e ofensas, furtos de materiais, lanches e dinheiro, violência física e chantagens (FANT, 2006).

Apesar de não ser um fenômeno recente, o bullying só começou a ser estudado a partir da década de 90, sendo pouco conhecido pelos educadores (CONSTANTINI, 2004).

Os responsáveis pelo início das pesquisas na área foram Dan Olweus[3] e Peter Smith que propuseram intervenções sobre o bullying. Contudo este fenômeno ainda é tido como uma brincadeira de criança e/ou fenômeno natural.

Segundo Constantini (2004, p.69) bullying é “um comportamento ligado à agressividade física, verbal ou psicológica” e se apresenta de forma velada, por meio de um conjunto de comportamentos cruéis, intimidadores e repetitivos, prolongadamente contra uma mesma vítima, e cujo poder destrutivo é perigoso à comunidade escolar e a sociedade como um todo, pelos danos causados ao psiquismo dos envolvidos (FANTE, 2005, p.21).

As questões referentes às relações entre violência e educação ainda estão pouco estudadas. Tal problemática tem muitas implicações do ponto de vista da prática educativa, e suas diferentes manifestações no espaço escolar têm preocupado, de forma especial, os pais e educadores. Uma aproximação a esta temática exige que se tenha como ponto de partida a convicção de que a violência e da própria indisciplina na escola não pode ser analisada como um fenômeno isolado; ela é parte de um processo mais amplo, que vai além da escola, pois implica uma série de fatores que dizem respeito ao contexto social como um todo.

A questão da disciplina e dos limites são importantes para que o educando possa estabelecer boas relações interpessoais e se construir como sujeito. Um dos desafios do conhecimento é o desenvolvimento da convivência democrática como fundamento da escola e propósito da educação.

A indisciplina é um tipo de comportamento que não se ajusta a um grupo social ou ambiente que possui a adoção de padrões democráticos. Por essa razão, a sociedade desenvolve mecanismos de controle social que permitam uma conduta aceitável que favoreçam a segurança do grupo social. Conforme Abud & Romeu (1989):

A dimensão individual do comportamento, entendemos que a disciplina não significa conformidade mental, mas expressa conduta organizada, metódica, coerente, que permite realizar determinadas intenções. Portanto, o sujeito disciplinado é aquele que é capaz de adequar o seu comportamento a determinadas regras, estabelecidas por ele próprio ou por outro, mas assumidas por ele, de modo a conseguir a organização necessária da ação para que os resultados esperados sejam atingidos. (ABUD & ROMEU, 1989, p. 81).

O indivíduo deve, portanto, atingir um nível de comportamento adaptado aos meios sociais, de forma a conviver bem, a disciplina se coloca como um aprendizado capaz de favorecer ações que almejem boas relações sociais.

Na construção dos princípios de convivência democrática na escola, a disciplina não é vista como comportamento humano conformado e submisso, mas de comportamentos adaptáveis a todas as situações de forma participativa, responsável e consciente. Ribas et al considera:

A disciplina vem associada a outros aspectos do comportamento e o seu desenvolvimento na conduta de cada um representa uma conquista progressiva, lenta, que se dá à medida que o indivíduo se desenvolve como um todo, isto é, à medida que amadurece física e mentalmente, aprimora a sua inteligência, ganha em equilíbrio emocional, autonomia individual, capacidade de se relacionar com seus semelhantes. (RIBAS et al 1989, p. 65)

Isso posto, leva-se a identificar que as normas estabelecidas pela escola são importantes para que os educandos não extrapolem em condutas indisciplinadas e ações que possam prejudicar o equilíbrio das boas relações em sala de aula. Portanto, o ambiente escolar é também um local de aprendizagem em que a criança a partir de suas experiências, interage com as outras e adquire formas de educar-se.

A escola é um ambiente de normas de condutas, considerando-se que o maior desafio é conviver em um ambiente de muitas diferenças e

desvinculado da realidade natural e social dos educandos, cujos valores, hábitos e atitudes não encontram consonância com o que é estabelecido pela escola.

Além do estabelecimento de regras de convivência adotadas em forma de normas escolares, a escola também deve construir a prática de valores. Não se formam uma criança sem uma educação que tenha por princípios a construção de valores, essenciais para o desenvolvimento na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas escolas, nas manifestações culturais, nos movimentos e organizações locais.

A formação escolar na realidade atual, não deve-se estabelecer apenas na base do ensino de conteúdos, mas deve formar também para a vida social, considerando-se que a sociedade está imersa numa rede complexa de situações e fenômenos que exige, a cada dia, intervenções sistemáticas e planejadas dos profissionais da educação escolar. Na visão de Martônio (1999):

Entre as diferentes ambiências humanas, a escola tem sido historicamente, a instituição escolhida pelo Estado e pela família, como o melhor lugar para o ensino-aprendizagem dos valores, de modo a cumprir, em se tratando de educação para a vida em sociedade, a finalidade do pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho. (MARTÔNIO, 1999, p. 34)

Constata-se que caberá às instituições de ensino a missão, por excelência, de educar para a convivência humana no âmbito do desenvolvimento moral dos educandos, através da seleção de conteúdos e metodologias que favoreçam a discussão de questões referentes à formação ética, justiça e solidariedade e democracia, utilizando-se, para tanto, de projetos interdisciplinares de educação em valores, aplicados em contextos determinados dentro da escola.

Assim, a escola deve ensinar o respeito a diversidade, ao diferente, mesmo que existam situações em que os contra-valores sejam comuns nos meios de comunicação em situações manifestas que são incoerentes com os valores ensinados na escola e até na família. Mas refletindo sobre o tema em

sua obra, Martônio (1999, p. 45) considera que “os valores devem se impor contra o aviltamento dos padrões éticos, a falta de legitimidade das instituições e sua crescente deterioração e a falta de punição aos que legitimam os contra-valores minam e paralisam nossa capacidade de reação”.

A indisciplina é um contra-valor por que não estimula para a construção, não respeita e não estabelece padrões duradouros nas relações sociais, mas pelo contrário gera violência, conflitos e competições de diferentes ordens na escola.

A educação é uma exigência da sociedade atual inserida no mundo globalizado e marcado, por tantas mudanças e novos paradigmas culturais e educacionais, ora debatidos por diferentes agentes sociais. A razão de ser da escola, a de educar os alunos formalmente, não é uma tarefa descartada pela sociedade, apesar da influência da mídia eletrônica na formação cognitiva e de valores dos alunos.

No entanto, a escola traz para o seu interior os conflitos, as aflições e as mais diversas demandas comunitárias que levam professores, alunos e gestores escolares a criarem espaços, em seus projetos pedagógicos, para que as crianças e adolescentes discutam e opinem sobre suas inquietações e aspirações pessoais e coletivas na busca de tornar esse espaço de diferenças e contradições em um ambiente de harmonia e pluralidade.

É exatamente nesses momentos de crise de valores e de que se discute o papel da escola e sua autonomia na formação do novo homem. No espaço escolar os agentes educacionais podem criar espaço uma educação baseada em valores e vivenciada como processo social na escola. Conforme Muller (1995):

A educação escolar não se restringe mais, como no passado, a mera transmissão de conhecimentos, onde a atividade de ensinar era centrada no professor, detentor dos saberes e o aluno, um mero recebedor da matéria. Na sociedade atual, com a ampliação das ambiências de formação escolar, o aluno passa a ser o centro do processo didático-pedagógico e a educação escolar, agora, entendida como processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral do educando. (MULLER, 1995, p. 34).

Portanto, a proposta de uma prática de valores, na escola, diríamos que, para que a educação em valores seja uma realidade educacional, primeiro terá que passar por dois componentes do processo didático: o ensino e a instrução de valores.

O problema da disciplina no contexto escolar como objetivo educacional a ser atingido como base das diretrizes da gestão escolar, implica necessariamente em uma tomada de decisões no sentido social e individual que envolve a redefinição da disciplina como valor e sua tradução em metas mais específicas.

4 A questão da indisciplina na Escola Municipal Professora Telma Aparecida Pessato Bonfim Educação e Ensino Fundamental

Durante o período de observação ficou nítida a questão disciplinar entre os alunos e a falta de pulso dos professores para com elas. Os alunos passavam a maior parte do tempo entrando e saindo da sala de aula, mesmo com o professor presente..

A violência no ambiente escolar tem afastado alunos e professores, e outras formas de contestações como pichações, baixo rendimento escolar, insatisfação e desmotivação, conflitos e desgaste emocional na relação professor-aluno em sala de aula, que provoca um quadro de evasão e repetência.

Os conflitos, as competências exigidas e os desafios dos professores são enormes, especialmente no final dos ciclos do ensino fundamental, quando os alunos entram na fase de adolescência, onde os problemas com indisciplina são maiores.

Sabe-se que nesta fase lidar com os educandos é complicado, onde existe situações de dificuldade e aprendizagem: a rebeldia, a necessidade de se mostrar diferente, as mudanças corporais que não são aceitas de forma imediata, os problemas familiares de desagregação e a incompreensão familiar

são situações que contribuem para que os mesmos não aceitem regras escolares sem conflitos ou resistências.

5 Resultados e discussões

A ação dialógica do professor em sala de aula ajuda o aluno a manter uma reflexão crítica contra a desmotivação e passividade e propostas foram criadas para melhorar a relação professor-aluno. As atitudes de aproximação e diálogo eliminam o distanciamento entre educador e aluno no processo de ensino-aprendizagem estabelecendo um ambiente agradável de troca de conhecimentos e respeito.

Assim, o educador deve valorizar e entender o diálogo como um instrumento básico de comunicação no ambiente de aprendizagem, como uma ponte de articulação entre os conhecimentos mútuos entre professores e alunos. Neste no contexto da indisciplina, somente o diálogo tem o poder de intervenção e compreensão mútua.

O domínio do educador sobre a arte do diálogo significativo remete às explorações mais avançadas dos conteúdos, como também possibilitam a produção de estratégias de aprendizagem participativa.

As estratégias verbais e uma efetiva comunicação poderão alcançar o efeito pretendido em situações de aprendizagem na produção e sistematização do conhecimento, construção do saber no âmbito da educação e mantendo o respeito dos educandos atraindo sua atenção com aulas dinâmicas e participativas.

Conforme Candau (1999, p. 45) “as contradições e conflitos sociais nas escolas ocorrem por que na educação a esfera do diálogo tem sido pouco exercitada. As atividades pedagógicas são realizadas de forma individual e raramente existem espaços de conversas mútuas entre os grupos em atividades cooperativas”.

No mesmo sentido Candau (1999) diz que o diálogo tem o poder de estabelecer a relação entre educação e sociedade enquanto redenção, reprodução e transformação social na prática educacional nos diversos momentos e circunstâncias. Permite também estabelecer as relações entre as atividades didáticas na sala de aula e a compreensão do mundo como um ato de fundamentação e ação, estimulando o educando a desenvolver habilidade de pensar.

O grande desafio do educador é a produção da interação social em sala de aula, que uma vez evidenciada, estaria vinculada a dois aspectos: à capacidade comunicativa e interacional do educador. Na educação, a comunicação é essencial para garantir o nível de interação que condiciona o aprendizado em consonância com o meio, que suscita um mundo novo de experiências e significações, portanto a linguagem representa uma fonte de incursão no mundo da comunicação.

Assim, resta aos docentes utilizar forma específica e metódica a comunicação em sala de aula, de preferência que ela esteja inserida em um projeto didático-pedagógico maior, com um grau intensivo de regulação a fim de obter os objetivos esperados no processo de aprendizagem.

Contudo, deve-se levar em consideração que em um sistema que mantém um modelo educativo de relação entre desiguais, o avanço tecnológico e a racionalidade de tais metas continuam ocultando aspectos fundamentais das interações entre os que pretendem ensinar e os que devem aprender.

Quando o aluno é indisciplinado e inquieto fora dos padrões, o educador poderá conduzi-lo ao psicopedagogo para que seja avaliado a possibilidade de identificar a causa da conduta e seus fatores predisponentes. Não raro, os alunos podem apresentar condutas comportamentais que são caracterizadas por sintomas de hiperatividade.

Nas inter-relações pessoais democráticas em sala de aula, o educador deverá propor jogos de conduta e regras que representam uma boa alternativa de ação para tornar a convivência harmoniosa. As propostas cooperativas para

as normas disciplinares podem contribuir para o estabelecimento de um clima saudável e alegre que predispõe favoravelmente para os trabalhos escolares.

Outro fator desafiante é a realização de um trabalho pedagógico em um ambiente não silencioso. Na visão de Moura (1999, p. 31), “o silêncio é revelador de disciplina, mas não é parâmetro para determinar a aprendizagem”.

No entanto, muitos educadores almejam dar aulas em salas mais silenciosas e para conseguir manter a disciplina estabelecem métodos educativos diversificados com a finalidade de identificar a melhor forma de manter os alunos motivados e disciplinados.

Conforme Moura (1999, p. 33) “em certos casos, os professores precisam agir com expressão de energia, mas reconhecem a importância de um bom método de ensino, com aulas mais dinâmicas, embora menos silenciosas”.

É exatamente nesses momentos de crise de valores que se discute o papel da escola e sua autonomia na formação do novo homem. No espaço escolar os agentes educacionais podem criar espaço uma educação baseada em valores e vivenciada como processo social. Conforme Muller (1995) a educação escolar não se restringe mais no passado a mera transmissão de conhecimentos, onde a atividade de ensinar era centrada no professor, detentor dos saberes e o aluno, um mero receptor de conhecimentos. Na sociedade atual, com a ampliação das ambiências de formação escolar, o aluno passa a ser o centro do processo didático-pedagógico e a educação escolar agora, entendida como processo de desenvolvimento físico, intelectual e moral do educando.

As tomadas de decisões em se lidando com a disciplina envolvem ações pedagógicas organizadas e adequadas às faixas etárias diferenciadas (crianças/adolescentes). Portanto, as situações de aprendizagem precisam permitir um espaço de formação associada aos conteúdos, contribuindo para que as posturas e discursos sobre a indisciplina sejam pautados em reflexões que estimulem a democracia e o respeito uns pelos outros.

Na concepção de Martônio (1999, p. 47), “os professores devem substituir os sermões “mal humorados” por diálogos abertos e fundamentados na realidade do aluno, com seu ambiente imediato e com o momento em que ele vive”.

O diálogo é o elo especial na relação professor/aluno no processo de mediação pedagógica nas atividades desenvolvidas na sala de aula. O diálogo é fundamental para estabelecer no ensino-aprendizagem experiências qualitativas no âmbito escolar que e são essenciais ao desenvolvimento integral do aluno.

Segundo Silva (2005, p.1), “a condição básica para toda e qualquer ação educativa de qualidade é o estabelecimento de uma boa relação entre professor e educando”, para que a mediação pedagógica estabeleça os vínculos de motivação e construção do conhecimento.

A importância da reciprocidade em simpatias e de respeito mútuo,estimulam o trabalho construtivo, quando o educador que manter uma relação de afetividade com seus alunos. A mediação pedagógica é possível quando professor e aluno superam juntos ás dificuldades e limitações através do diálogo.

O diálogo, portanto, permite que o educador ultrapasse a simples transmissão de conhecimentos no processo de aprendizagem dos seus alunos. Ainda conforme Silva (2005, p. 1), partindo-se do princípio de que o educador não é um mero transmissor de conhecimentos, mas, alguém que desenvolve as potencialidades dos alunos.

Entende-se, portanto, que a ação educacional deve ter a finalidade de despertar a consciência reflexiva do educando criando oportunidades de atitudes afetivas, construindo laços, onde o diálogo e o respeito possam ser pontos de partida de uma convivência afetiva e harmoniosa na escola e em sala de aula.

Neste aspecto é primordial a criatividade e iniciativas que possam favorecer uma vivência mais produtiva e cheia de respeito. Haja visto que o cotidiano da escola é cheio de exemplos que demonstram a complexidade de mudar os hábitos dos alunos rebeldes e traz-los a uma nova realidade, de aprendizagem e bons costumes. Nesse contexto cabe ao educador não agredir o aluno como pessoa, mas estabelecer um diálogo que contribua para amenizar o comportamento indisciplinado. O educador, muitas vezes ao tentar impor limites a ações de indisciplina, tende a tornar o ambiente em sala de aula opressor e desagradável, gerando resistência por parte dos alunos, especialmente em alunos que não aceitam comandos disciplinares.

Muller (1995, p. 29) analisa que a disciplina imposta a determinados alunos pode soar como “estranheza por aquilo que ele não compreende e lhe é imposto pode levá-lo à prática de atos considerados indisciplinados, mas que, na verdade, revela o seu desajustamento ao ambiente escolar ou o que é pior, o desajustamento do ambiente escolar ao aluno”. Esses processos se não forem considerados em sua natureza podem levar o aluno indisciplinado a evadir da escola, por se achar perseguido ou indesejado.

Neste contexto, é necessário refletir sobre como conduzir as normas disciplinares, de forma a evitar reprimir como forma de conduta imprópria do educando do ponto de vista da escola, mas que pode ser como parte do cotidiano do aluno no seio familiar.

6 Considerações finais

A indisciplina escolar, segundo é um fenômeno que causa grande preocupação entre os professores. Existe uma grande queixas dos docentes da Escola Municipal Professora Telma Aparecida Pessato Bonfim quanto a indisciplina em sala de aula. Portanto, as ações de mobilização de educadores e demais agentes educacionais devem passar pela reflexão e a definição das formas de tornar as normas escolares um instrumento que seja capaz de produzir caminhos onde o diálogo seja a valorizado.

O processo de formação educacional exige a competência interpessoal e relacional do educador e sua capacidade de lidar com os conflitos sociais nas escolas, assim como estabelecer boas relações com os educandos. Crianças e adolescentes indisciplinados e sem limites sofrem as consequências por que não conseguem se adaptar em ambientes sociais.

As estratégias escolares deverão representar uma nova convivência com os mesmos, com base em uma nova percepção sobre a indisciplina e os meios de inserir as normas de conduta mais flexíveis e de acordo com a nova realidade escolar, em que se abrem maiores espaços de participação para os educandos e gerir formas de situar uma formação mais democrática.

Desta forma as relações entre a escola e os educandos devem partir de uma convivência mais aberta, esse processo requer uma ação educativa capaz de produzir mudanças qualitativas na escola. Portanto, a partir do diálogo e de métodos educativos diversificados com a finalidade de identificar as formas de motivar os alunos, com aulas mais dinâmicas, pode ser a solução.

Os professores devem reconhecer que muitos de seus alunos indisciplinados ter problemas relativos à desagregação e a incompreensão familiar, portanto, a afetividade é um aspecto que pode fazer a diferença no trato com estes alunos no processo educacional.

Através do estudo apresentado acredita-se que o educador deverá se aprofundar no conhecimento de projetos mais dinâmicos no ensinar, sobretudo conhecer as raízes do problema da disciplina como um dos grandes desafios da atualidade. As relações necessárias para a compreensão das situações que envolvem processos de aprendizagem não podem estar longe da realidade dos alunos. Assim os educadores devem estabelecer mediações pedagógicas que possam produzir mudanças comportamentais no educando.

As normas estabelecidas pela escola são importantes para que os educandos não extrapolem em condutas indisciplinadas. No entanto, elas devem ser democráticas para que sejam discutidas temas como as diferenças culturais, novos hábitos no ensinar e quais atitudes esperar na sala de aula.

Portanto, a construção da democracia na escola as intervenções devem ser planejadas para incluir todos que convivem na mesma, e buscar a participação dos pais para melhorar o problema da indisciplina, afinal educação moral e respeito vem de casa.

7 Referências

ABUD, Maria José Milharezi; ROMEU, Sonia Aparecida. **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1989.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ANTÚNEZ, Serafim, ET al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARAN, Arthur Parcerisa. **A convivência nas instituições escolas: Uma introdução**. Porto Alegre: Artmed, 2002. IN. ANTÚNEZ, Serafim, ET al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, R.J. Vozes, 2002.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. **Nós e os Outros: desafios para a educação em Direitos Humanos**. Nuevamerica, Rio de Janeiro, n. 95, p. 55-59, 1999.

CASAMAYOR, Gregório. **Reivindicação do pacto e outros conchavos**. Porto Alegre: Artmed, 2002. IN. ANTÚNEZ, Serafim, et al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CENAFOR. Centro Nacional de **Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional - CENAFOR. 10 anos de conjuntura: Capacitação de recursos humanos: problemas e perspectivas**. São Paulo: CENAFOR, 1983.

ESTRELA, Maria Tereza. **Relação pedagógica: disciplina e indisciplina na Aula**. Portugal: Porto Editora, 2002.

FERNÁNDEZ, Alícia. **O saber em jogo: a psicopedagogia propiciando autorias de pensamento**. Porto Alegre, Editora Artmed, 2001.

FRANCO, Henrique. **Histórias de indisciplina escola: o trabalho de um psicólogo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FUNES, Jaume. **Descontrole ou revolta? Os educadores, os alunos e as incompatibilidades mútuas**. Porto Alegre: Artmed, 2002. IN. ANTÚNEZ, S. , et al. **Disciplina e convivência na instituição escolar**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUIMARÃES, A. **Indisciplina e violência: a ambigüidade dos conflitos na escola**. Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1996.

HABERMAS, J. O Discurso filosófico da modernidade. Tradução: Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JUSTO, José Sterza. A escola no epicentro da crise social. In: Indisciplina/disciplina: ética, moral e ação do professor. Porto Alegre: Mediação, 2006.

MACHADO, V. L. S. **Aprendizagem e interação professor-aluno**. São Paulo: Cortez, 1999.

MARTÔNIO, Eduardo A. **Disciplina na escola: enfrentamento e reflexões**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

MATUI, Jiron. **Construtivismo: Teoria construtivista sócio-histórica aplicada ao ensino**. São Paulo: Moderna, 1996.

MOURA, Wladimir João. **Autoritarismo na escola**. Rio de Janeiro: Fontes, 1999.

MULLER, Jean-Marie. **O princípio de não-violência: percurso filosófico**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Uma questão de estratégia: A indisciplina na escola**. São Paulo: Fontes, 2003.

RIBAS et al. **O pensado e o construído: um olhar sobre o cotidiano da escola**. In: MYRTES, A. & QUELUZ, A. G. O trabalho docente: teoria & prática. São Paulo: Pioneira, 1989.

SILVA, Aline Flora da. **A relação professor/aluno no cotidiano escolar**. Revista Metáfora Educacional, nº 2, 2005.

VEENMAN, Simon. El proceso de llegar a ser professor: un análisis de La formación inicial. In: VILLA, Aurélio (Coord.). Perspectivas y Problemas de la función docente. Madrid: Narcea, 1988.

[1] Artigo apresentado como requisito parcial a obtenção do título de especialista em Educação no Curso de especialização em Gestão Escolar MEC/UFPR, sob orientação da professora Gabriela Schneider.

[2] Professora da educação básica, licenciada em Letras. E-mail valthomazini@hotmail.com.

[3] Dan Olweus começou a pesquisar as tendências suicidas entre os adolescentes e descobriu que a maioria desses jovens tinha sofrido ameaça e que, portanto, o bullying era um mal a combater. (Revista Nova Escola, 2007)